

Independente da legislação dispor sobre a convalidação conforme acima exposto trago à colação os ensinamentos do mestre Celso Antônio:

“Cumpra registrar que a Lei federal 9.784, de 29.1.1999, que ‘regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal’, assim como a congênere lei paulista, que, de resto, lhe é anterior, a Lei estadual 10.177, de 30.12.1998, recusam caráter obrigatório à convalidação nos casos em que caiba. Colocam-na, pois, como uma faculdade da Administração (arts. 55 da primeira e 11 da segunda). Estamos em crer, todavia, que tal solução não pode juridicamente prevalecer.

Não se trata, aqui, evidentemente, de pretender sobrepor uma opinião a dicções legais, mas de questionar a constitucionalidade de preceptivos de leis. O ordenamento jurídico, como se sabe, também é integrado por princípios gerais de Direito que, em alguns casos pelo menos, informam a própria compostura nuclear da Constituição. O princípio da segurança jurídica certamente é um deles. Destarte, quando em um tema específico dois princípios jurídicos de estatura constitucional concorrem em prol de uma solução (na hipótese vertente, o da restauração da legalidade – que a convalidação propicia, como visto – e o da segurança jurídica), o legislador não pode ignorá-los e adotar diretriz que os contrarie, relegando a plano subalterno valores que residem na estrutura medular de um sistema normativo.”

Cumpra anotar que as determinações contidas na decisão em tela foram cumpridas e/ou estão sendo providenciadas, sobremaneira aquelas apontadas no relatório da Comissão de Apuração, constituída pela Portaria CG nº 02/2023, publicada no Diário Oficial de 07/04/2023 (fls. 113/114), para apurar possíveis irregularidades suscitadas pelo gestor do Contrato de Gestão nº 01/2019, acerca do repasse de recursos efetuados à Organização Social Abaçaí Cultura e Arte e a sua execução contratual (fls. 1100/1161).

A execução contratual também foi questionada pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e a douda Consultoria Jurídica (Parecer nº 13/2023 - fls. 76/101) fez recomendações que respaldou os procedimentos seguintes do gestor (fls. 103/108) e do Chefe de Gabinete (fls. 109/114) em consonância com os princípios da moralidade, legalidade, eficiência, e observando os princípios constitucionais da ampla defesa e contraditório e prezando pela transparência.

Isto posto, o ato administrativo conquanto tenha sido assinado pelo então Chefe de Gabinete atendeu integralmente o interesse público e resguardou os interesses da Administração Pública.

Destarte, concluo pela convalidação do Despacho nº 245/2023 do Chefe de Gabinete proferido nos autos do processo Sem Papel nº 2023/00067, autuado como Processo Sei nº 014.00000136/2023-74 (fls. 1168/1172), publicado no Diário Oficial de 14/06/2023 (fl. 1173) o qual abaixo transcrevo, excetua-se o item 7, uma vez que a SDPCD já encaminhou à Secretaria de Parcerias e Investimentos para a desqualificação.

“Considerando todos os esclarecimentos apresentados pela Organização Social Contratada, que não trouxe argumentos e justificativas suficientes para ensejarem o seu acatamento;

Considerando o Parecer CJ/SEDPCD nº 13/2023, da D. Consultoria Jurídica;

Considerando toda a análise efetuada no Relatório da Comissão designada pela Portaria CG nº 002/2023, em que resta clarividente que a Organização Social Abaçaí Cultura e Arte, CNPJ nº 50.590.215/0001-88, descumpriu as seguintes cláusulas contratuais, conforme apontado no respectivo item do Relatório:

Cláusula Segunda - Das atribuições, responsabilidades e obrigações da contratada, item 24, “p” e “q”, do Contrato de Gestão (item 7.1, 1 do Relatório);

Cláusula Segunda - Das atribuições, responsabilidades e obrigações da contratada, item 1, do Contrato de Gestão (item 7.1, 2 do Relatório);

Cláusula Segunda - Das atribuições, responsabilidades e obrigações da contratada, item 1, do Contrato de Gestão (item 7.1, 3 do Relatório);

Cláusula Segunda - Das atribuições, responsabilidades e obrigações da contratada, item 24, “p”, do Contrato de Gestão (item 7.1, 4, do Relatório);

Cláusula Segunda - Das atribuições, responsabilidades e obrigações da contratada, item 24, “v”, do Contrato de Gestão. (item 7.1, 5, do Relatório);

Cláusula Segunda - Das atribuições, responsabilidades e obrigações da contratada, item 24, item 1, do Contrato de Gestão (item 7.1, 7, do Relatório);

Cláusula Segunda - Das atribuições, responsabilidades e obrigações da contratada, item 24, item 1, do Contrato de Gestão (item 7.1, 13, do Relatório);

Cláusula Segunda - Das atribuições, responsabilidades e obrigações da contratada, item 24, item 7, do Contrato de Gestão (item 7.1, 14, do Relatório);

Cláusula Segunda - Das atribuições, responsabilidades e obrigações da contratada, item 24, item 22, do Contrato de Gestão (item 7.1, 15, do Relatório);

Cláusula Segunda - Das atribuições, responsabilidades e obrigações da contratada, item 24, item 1, do Contrato de Gestão (item 7.1, 16, do Relatório);

Cláusula Segunda - Das atribuições, responsabilidades e obrigações da contratada, item 24, “t”, do Contrato de Gestão (item 7.1, 17, do Relatório);

Cláusula Sétima - Dos recursos financeiros, parágrafo sétimo, c.2, do Contrato de Gestão (item 7.1, 18, do Relatório);

Cláusula Sétima - Dos recursos financeiros (item 7.1, 19, do Relatório);

Cláusula Segunda - Das atribuições, responsabilidades e obrigações da contratada, item 2, do Contrato de Gestão (item 7.1, 20, do Relatório);

Cláusula Segunda - Das atribuições, responsabilidades e obrigações da contratada, item 24, item 27, do Contrato de Gestão (item 7.1, 21, do Relatório);

Considerando o não cumprimento integral das metas pactuadas junto ao plano de trabalho do Contrato de Gestão nº 001/2019, pela Organização Social Abaçaí Cultura e Arte, e que não é possível aquilatar sequer o atingimento de um percentual mínimo ou suficiente das metas previstas no plano de trabalho durante toda a vigência do referido Contrato de Gestão;

Considerando que, além de não cumprir percentual mínimo ou suficiente em metas importantes aos objetivos primários da política pública estabelecida, a Organização Social não logrou comprovar minimamente as despesas previstas em montantes vultosos em todos os exercícios sem a devida compensação de receitas de captação de recursos nos montantes propostos por ela mesma em Convocação Pública e pactuadas em contrato;

Considerando o desvirtuamento do estabelecido no Plano de Trabalho como balizador das ações a serem praticadas na gestão do Museu da Inclusão e os descumprimentos de exigências contratuais de captação de recursos;

DECIDO:

1) a extração de cópias do relatório, acompanhado dos documentos apresentados pela Ouvidora da Pasta, para envio ao representante do Ministério Público do Estado de São Paulo, Ministério Público do Trabalho, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Controladoria Geral do Estado;

2) a imediata rescisão do Contrato de Gestão nº 001/2019, nos termos do *caput* da Cláusula Décima Segunda - Da Denúncia e Rescisão, a partir da publicação desta decisão no DOE;

3) a revogação da permissão do uso dos bens da CONTRATANTE, em razão da rescisão decretada no item anterior ter ocorrido com culpa grave e má gestão;

4) a notificação da Organização Social Abaçaí Cultura e Arte, CNPJ nº 50.590.215/0001-88, para:

a) ciência da rescisão;

b) apresentação dos extratos bancários atualizados das contas;

c) devolução, às suas expensas, todos os valores pagos ao senhor Ary de Araújo Junior, com os recursos do Contrato de gestão (item 7.1, “7” deste Relatório);

d) devolução, às suas expensas, dos valores discriminados como Bonificação Estatutária (R\$ 10.807,11) e Recesso Estatutário (R\$ 21.614,21) (item 7.1, “16” deste Relatório);

5) a aplicação da penalidade de Suspensão da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou CONTRATO DE GESTÃO com a CONTRATANTE pelo prazo de 2 anos, nos termos da Cláusula Décima Terceira – Das penalidades, do Contrato de Gestão nº 001/2019;

6) declaração de inidoneidade para participar de Chamamento Público ou celebrar parceria ou contrato de gestão com a CONTRATANTE, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização social ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II”.

Secretaria da Educação

Gabinete do Secretário

RESOLUÇÃO DO SECRETÁRIO, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

Retificação do DOE de 05/12/2024

Na resolução do secretário de 03 de dezembro de 2024, publicado no DOE em 05 de dezembro de 2024;

Onde se lê: Ciências de Dados.

Leia-se: Ciência de Dados.

RESOLUÇÃO DO SECRETÁRIO, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO HOMOLOGA, com fundamento no artigo 9º, da Lei 10.403, de 6 de julho de 1971, os Pareceres abaixo relacionados:

1) Parecer CEE 44/2025– que aprova, com fundamento na Deliberação CEE 171/2019, o pedido de Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em

